

Sociologia, História e Romance na Construção da Identidade Nacional Através do Futebol

Ronaldo Helal e Cesar Gordon Jr.

Introdução

Nosso objetivo neste artigo é dar continuidade a um debate iniciado por Antônio Jorge Soares em sua tese de doutorado *Futebol, raça e nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial*, defendida em 27 de março de 1998 na Universidade Gama Filho. Trata-se de um texto provocador movido por um enorme interesse científico e que trabalha na contramão do politicamente correto. Seguindo as tendências desconstrucionistas em voga, Soares procura desmontar uma certa versão acadêmica sobre o racismo no futebol que tem no livro *O negro no futebol brasileiro* (NFB) de Mário Filho seu ponto de partida. Segundo Soares, a obra do famoso jornalista deve ser encarada como um romance ou conto que, ao misturar ficção e realidade, constrói mitos e produz um discurso sobre o nosso futebol que é, de fato, uma “tradição inventada”. Para Soares, as histórias (ou, como prefere, os “causos”) contadas por Mário Filho se articulam para constituir uma totalidade, um “épico onde os fatos e mudanças ocorridos no futebol são remontados e redescritos como tramas raciais” (Soares, 1998: 9). A partir dessa

“descoberta”, Soares põe em cheque alguns trabalhos recentes sobre o futebol brasileiro que se serviram do NFB como manancial de dados sobre a história das relações raciais no domínio futebolístico. A inquietação do autor recai sobre o fato de que cientistas sociais, por ele qualificados como “novos narradores acadêmicos” da história do futebol, ou “seguem fielmente” a obra de Mário Filho reproduzindo sua narrativa, mas reduzindo suas ambigüidades latentes, ou utilizam-na com relativa desconfiança, mas acabam “tragados pela sua narrativa mítica” (Soares, 1998: 175).

A pesquisa de Soares estimula o debate acadêmico sobre o tema e nos levou a travar um diálogo sobre a questão racial no futebol brasileiro e a construção de uma ideologia de identidade nacional, sobretudo por entendermos que, a despeito do grande interesse que desperta, o trabalho de Soares deixa em aberto algumas importantes lacunas.¹ É nesse espaço não explorado que gostaríamos de desenvolver nossas observações. Mesmo considerando que os argumentos de Soares merecem uma análise mais detida e aprofundada, iremos nos limitar, por motivos de espaço, a discutir quatro pontos de seu argumento, que na verdade estão interligados ao longo do texto, ainda que nem sempre formulados de modo explícito: 1) a crítica à utilização do NFB como fonte histórica; 2) a recusa em considerar a pregnância do idioma simbólico do racismo na história do futebol brasileiro; 3) a negação de um processo de relaxamento das tensões raciais no universo do futebol; 4) a desconsideração da ideologia da identidade nacional como instrumento heurístico relevante para a compreensão dessa história.

Mário Filho e O negro no futebol brasileiro: romance e história

Um dos argumentos centrais do trabalho de Soares é que Mário Filho não teria construído um estudo histórico ou sociológico sobre o negro no futebol brasileiro, mas um “romance”. Através de uma análise exaustiva das edições do NFB, bem como da biografia de Mário Filho, Soares conclui que o autor, mediante artifícios retóricos de legitimação, conseguiu disseminar a idéia de que sua obra se constituía numa descrição histórica objetiva das relações raciais dentro do futebol, encobrando, na realidade, um projeto de construção de identidade nacional baseado na noção de harmonia e integração das raças formadoras. Como num quebra-cabeças, partindo de “causos” (alguns talvez fictícios) da tradição oral do futebol, Mário Filho teria recortado e montado uma estrutura narrativa, cujo objetivo era mostrar como o futebol teve uma participação decisiva na democratização racial e, portanto, na construção de uma nação integral. Projeto de inspiração freyreana, gestado no interior do Estado Novo, a “história” transmitida pelo NFB, nos assegura Soares, nada tem de “factual”. Ao

contrário, Mário Filho teria forçado e encaixado peças da história do futebol numa armadura narrativa que superenfatizava a questão racial, uma vez que seu objetivo, implícito ou explícito, era mostrar como as tensões foram superadas para que, enfim, a nação brasileira emergisse em toda a sua positividade, a partir da união harmônica dos três componentes raciais.² Assim, a versão da história oficial do NFB apresentaria três núcleos narrativos que falam de a) segregação (racismo) em um momento, b) resistência em outro e c) integração nacional, formando a idéia de nação brasileira. Nessa trama, Mário Filho teria escolhido seus heróis – os jogadores negros e mulatos – e seus vilões – a elite branca urbana brasileira, fundadora dos grandes clubes de futebol e contrária à inserção dos negros nesse novo domínio da vida social que era o esporte.

A partir dessas considerações, sem dúvida relevantes, Soares propõe uma crítica a alguns estudos que se utilizaram do NFB como fonte historiográfica (basicamente Leite Lopes, 1994; Murad, 1994, 1996; e Gordon, 1995, 1996). De acordo com ele, “[o] NFB tornou-se uma fonte de referência para [os] que escrevem sobre as relações entre futebol, racismo e identidade” (1998: 97).

O livro tornou-se, de fato, uma espécie de referência obrigatória nos estudos acadêmicos sobre o futebol brasileiro, principalmente aqueles cujo foco são as relações entre brancos e negros. Seja por vício ou por comodidade – e, sem dúvida, pela escassez de trabalhos históricos sobre o futebol no Brasil, como o próprio Soares anota (1998: 153) –, isso impediu muitas vezes os autores de buscarem outras fontes sobre o tema, e assim terminavam por não dar um tratamento crítico suficiente aos dados de Mário Filho. Diz Soares: “o problema está no fato de que Mário Filho situou o NFB como uma obra de história e os ‘novos narradores’ reforçam esse ponto de vista” (1998: 133). Apesar de louvarmos o mérito do trabalho de Soares ao apontar um provável descuido metodológico dos “novos narradores”, questionamos sua posição radical em negar qualquer possibilidade de utilização histórica do texto de Mário Filho. Tendo demonstrado que o livro do jornalista nada tinha de “inocente” (ou “objetivo”) – pois trazia embutida uma determinada concepção que ajudava a construir uma história para o Brasil, na qual, através do futebol, os personagens envolviam-se em conflitos raciais para superá-los ao final da saga –, Soares é levado a concluir que o NFB é uma obra “que não fal[a] sobre a história do futebol e das relações raciais no espaço do futebol” (1998: 215). Segundo ele, o livro refletiria “um clima de época e não uma história no sentido *stricto* do termo” (ibidem), mesmo porque estaria “mais preocupado com os detalhes dos pitorescos casos que narra do que com a *verdade positiva* ou com a coerência interna [...]” (1998: 8. O destaque é nosso).

Essa última argumentação revela uma concepção estreita sobre a história, reavivando conceitos que toda a “nova historiografia”, desde a Escola dos

Annales, com L. Febvre, M. Bloch e F. Braudel, por exemplo, esforçou-se em superar.³ Esse fervor a uma (im)possível veracidade dos “fatos” impede Soares de ver que, embora Mário Filho tenha construído e não descrito uma história, os episódios narrados em o NFB, e ainda o livro como um todo, continuam nos permitindo o acesso à história. E é o próprio Soares quem nos fornece a chave para reafirmarmos o caráter histórico, apesar de romanesco, do NFB, quando menciona que o livro foi basicamente montado a partir de depoimentos das pessoas envolvidas, sendo portanto uma recuperação da tradição oral do futebol (1998: 15), e que nos transmite ainda um “clima de época” (1998: 215).

Esses dois aspectos parecem ser para nós uma confirmação da possibilidade de dar um certo tratamento histórico ao NFB. Não podemos desconsiderar que muitos autores já demonstraram a importância da utilização de relatos da tradição oral como fonte histórica (Thompson, 1978; Vansina, 1985). De fato, o relato oral pode ser uma técnica útil para registrar o que não está cristalizado em documentação escrita. Segundo Queiroz (1988: 16), “através dos séculos, o relato oral constituía sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, o que equivale a dizer, fora a maior fonte de dados para as ciências em geral”. E ainda: “tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica” (1988: 19). Nesse sentido, poderíamos entender o NFB como uma compilação de relatos da tradição oral do futebol. E se é bem verdade, como nota Soares, que sua utilização como fonte histórica precisa ser feita com os devidos cuidados metodológicos, não podemos, no entanto, nos dar ao luxo de circunscrever o livro nos limites da ficção literária, ao custo de perder de vista um precioso documento sobre o futebol brasileiro.

Além disso, o “clima de época” mencionado por Soares (1998: 215) nada mais é do que um eufemismo para “história”, como nos mostra brilhantemente Darnton (1988 [1984]), ao extrair a história de uma coleção de textos, tais como uma versão camponesa do Chapeuzinho Vermelho, a narrativa de um massacre de gatos etc. Esse tipo de texto, que a dureza da definição de Soares não o permite perceber como documento histórico, fornece certamente material para que o historiador das idéias, o historiador “etnográfico” (como define Darnton) possa entender a maneira como as pessoas de uma determinada época pensavam. Ora, os “causos” descritos do NFB, sejam “verdadeiros” ou “falsos”, expressam justamente sua força histórica quando nos permitem vislumbrar esse “clima de época”. Eles nos dão acesso às formas pelas quais as pessoas representavam as relações raciais e as tensões que experimentavam dentro do universo do futebol. Há uma diferença entre o NFB tomado com uma totalidade que tem um objetivo nacionalista e os “causos” individuais contidos na narrativa. Esses últimos têm uma força própria que até mesmo transcende a tentativa de encaixá-los numa totalidade, como queria Mário Filho. Isso porque, a despeito de Mário Filho

querer contar a história do fim do preconceito racial através do futebol, os “causos” continuam a mostrar como o *idioma racial* permanece íntegro ao longo de toda a história.

Paradoxalmente, Soares acaba ofuscado pela “descoberta” de que o NFB deve ser tratado como um romance. Daí parece desconsiderar que, apesar de o podermos ler enquanto tal (ou pelo menos enquanto uma determinada maneira de montar o quebra-cabeças histórico), o NFB continua a ter validade histórica, uma vez que a trama que Mário Filho teceu não foi urdida sobre o vácuo, e sim sobre um contexto social bem conhecido. As representações culturais a respeito das relações entre as raças manifestavam-se dentro do universo futebolístico como na sociedade brasileira em geral. O futebol torna-se um espaço privilegiado para investigar tais temas, uma vez que foi utilizado na construção de nossa identidade nacional e esta, por sua vez, foi construída em cima de pressupostos racistas. Por isso, Gordon (1995: 75) afirma explicitamente que a ascensão dos negros no futebol se deu no interior de um idioma racialista: as qualidades do futebol brasileiro foram essencializadas como se derivassem de “predisposições raciais”, tais como malícia, ginga, musicalidade, irracionalismo (intuição) etc. Assim, os paradoxos percebidos por Soares na obra de Mário Filho são perfeitamente compreensíveis, se levarmos em conta as observações de Hasenbalg (1996), para quem a ideologia racialista no Brasil, como de resto a de muitos países da América Latina, é capaz de articular-se em torno de dois pontos centrais: de um lado “o ideal de branqueamento” e, de outro, “a concepção desenvolvida por elites políticas e intelectuais [...] sobre a harmonia e tolerância racial e a ausência de preconceito e discriminação racial” (1996: 235-6). Isto é, uma conceituação ao mesmo tempo negativa e positiva de caracteres raciais atribuídos a negros e mestiços.

Finalmente, a ênfase de Mário Filho às tramas raciais não faz com que essas desapareçam apenas porque percebemos que seu livro tem uma moldura narrativa que “desambigüiza” os fatos. Soares faz uma observação importante quando aponta as ambigüidades das histórias (ou dos “causos”) contidas no NFB e de como elas podem ser lidas numa outra chave, por exemplo, a disputa entre amadoristas e profissionalistas. Mas, ao invés de levar seu argumento às últimas conseqüências, retorna e faz a mesma coisa que acusa os “novos narradores” de fazer, isto é, “desambigüiza” tudo e tenta impor uma única chave de leitura que venha a substituir a chave das tensões raciais. Seria mais interessante perceber como essas questões, na época da implantação do futebol, andavam todas juntas. Ou seja, tínhamos um discurso ou um idioma do amadorismo “encobrendo” tensões racistas e vice-versa. Soares, infelizmente, troca uma desambigüização por outra: onde se lia “racismo”, propõe que se leia “amadorismo x profissiona-

lismo”. E essa redução não nos parece nem profícua do ponto de vista metodológico, nem justa do ponto de vista histórico.

O idioma simbólico do racismo no futebol brasileiro

Aqui chegamos ao segundo ponto de divergência, que se relaciona diretamente com o anterior. Na medida em que Soares procura desmontar o NFB como uma obra histórica, acaba por recusar implicitamente a existência de fortes tensões raciais dentro do futebol, juntamente com a possibilidade de se extrair desse universo um conjunto de representações sociais sobre o negro e sobre a mestiçagem. Mais ainda, Soares expressa uma leitura idiossincrática do trabalho dos “novos narradores”, a quem acusa de superenfaticar, como Mário Filho, o tema das relações raciais no futebol. Segundo ele, ao “denunciar” o racismo no futebol, os “novos narradores” estariam apenas seguindo os modismos do politicamente correto, que muito bem se adaptariam às preocupações nacionalistas e integracionistas de Mário Filho (e por isso se teriam utilizado de sua obra “para ‘provar’ que o Brasil foi e é um país racista” [Soares 1998: 283, ênfase nossa]). Assim, o trabalho desses pesquisadores seria como que um espelho do texto do jornalista, no qual o racismo é um inimigo a derrotar. O resultado, diz Soares, é que “a história específica do futebol desaparece pois é englobada ou encorpada pelas vicissitudes da gesta moderna da raça negra, da qual o campo do futebol seria apenas um de seus lugares” (1998: 10).

A partir daí, Soares empreende um verdadeiro *tour de force* para demonstrar que a problemática racial em o NFB foi hipostasiada por Mário Filho. Tenta mostrar, por exemplo, que os principais núcleos narrativos do NFB utilizados para “provar” a presença do idioma racista no futebol (especialmente os casos do jogador Manteiga; do surgimento do Pó-de-Arroz como símbolo do Fluminense; e da criação da liga amadora de futebol AMEA), expressariam na verdade uma outra tensão: “A hipótese da tensão amadorismo e popularização do futebol é mais plausível para explicar tais casos do que a simples denúncia do racismo na versão politicamente correta” (1998: 284). Em todos esses casos, de acordo com Soares, “os sentimentos racistas, caso estivessem presentes, *seriam secundários*, mas não motores ou forças determinantes das tramas” (1998: 267, ênfase nossa).⁴

Ao invés de enfatizar que a história do futebol no Brasil envolve *mais* coisa do que um conflito entre raças (e suas representações ideológicas) – argumento que ninguém poderia rejeitar –, Soares termina por cair nas malhas do determinismo ao afirmar que essa história envolve *mais* precisamente uma *outra* coisa: o dilema entre profissionalistas e amadoristas. Nesse sentido, podemos dizer que sua crítica aos “novos narradores” seria “mais realista que o rei”. Pois, sem dúvida, se não é apenas disso que se trata, nos parece difícil negar que

a história do futebol brasileiro traz embutida a questão racial e nos dá acesso às representações culturais, isto é, às construções ideológicas ou simbólicas sobre o negro e sobre a mestiçagem.

No nosso entender, a crítica de Soares ao lugar do idioma simbólico do racismo no domínio futebolístico se dá por uma interpretação muito particular do trabalho dos “novos narradores”⁵ e, ao mesmo tempo, pela desconsideração de importantes estudos sociológicos sobre as representações do negro e da mestiçagem no Brasil (por exemplo Azevedo, 1987; Fernandes, 1965, 1972; Fernandes & Bastide 1959; Ianni, 1962; Seyferth, 1985, 1991, 1996). Sem dúvida, não é possível negar a existência de todo um idioma simbólico do racismo na sociedade brasileira que se imiscuía em vários domínios.⁶ E esse idioma não foi apenas “invenção” da narrativa de Mário Filho (ou dos novos narradores), nem esteve circunscrito ao futebol. Ele foi apontado por toda uma literatura devotada especificamente ao problema das relações raciais e que não consta da bibliografia utilizada por Soares. O NFB, portanto, não foi utilizado pelos novos narradores para “provar” a existência do racismo e da segregação (1998: 206). A sociologia e a historiografia brasileiras já o haviam feito através de pesquisas muito mais detalhadas.

Antes de prosseguirmos, porém, vale recuperar, de forma esquemática, alguns pontos importantes que aprendemos com os estudiosos do racismo “à brasileira”, como definiu DaMatta (1987).

A questão do racismo sempre ocupou enorme espaço no interior do pensamento social brasileiro. Desde as formulações de Gobineau, passando pelas investigações de Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Silvio Romero e João Batista de Lacerda, para citar uns poucos, a questão da presença do elemento negro e da mistura racial esteve quase sempre em primeiro plano nos debates sobre a formação da sociedade brasileira. Grande parte desses debates desenrolou-se em torno da hipótese do “branqueamento”, segundo a qual o principal entrave ao desenvolvimento da sociedade brasileira teria sido a natureza de nossa miscigenação racial, marcada por uma predominância excessiva do “sangue negro”. Se é bem verdade que, após a Primeira Guerra, o discurso “sanitarista” procurou desenfaturar a questão racial, o ideal do branqueamento manteve-se sólido durante décadas, como nos assinala Skidmore (1976: caps. 2 e 6).

A partir da década de 30, o impacto da obra de Gilberto Freyre teve como conseqüência a gestação da noção de “democracia racial”, que se infiltrou com grande força nos modelos de explicação da identidade nacional (Freyre, 1964 [1933]; Pierson, 1942). Nessa leitura, a miscigenação racial, empiricamente observada, era o resultado de uma norma harmônica, não conflituosa, nas relações entre as raças formadoras do complexo populacional brasileiro. Essa visão ganhava força quando se contrastava a relação entre as raças no Brasil e

nos EUA, país onde se manifestava abertamente a segregação, o conflito e uma verdadeira clivagem nacional em torno das raças. Como resposta aos ideais do branqueamento, podemos interpretar a contribuição de Freyre como um “ideal de empretecimento”: a multirraciedade tornava-se agora não uma desgraça, mas aspecto vantajoso e positivo da sociedade brasileira.

Posteriormente, já a partir das décadas de 50 e 60, quando um projeto iniciado pela Unesco desemboca na chamada “escola paulista de relações raciais”, a idéia de democracia racial torna-se objeto de escrutínio e crítica por parte de alguns analistas (entre eles, Fernandes & Bastide, 1959; Fernandes, 1965, 1972; Ianni, 1962, e também, posteriormente Skidmore, 1974; Da Matta, 1987 etc.). Com esses trabalhos, desmontava-se a concepção da “harmonia”, mostrando-se como a segregação explícita e o conflito aberto não encontravam espaço na lógica do sistema ideológico racista brasileiro, em que a segregação era um dado apriorístico, uma questão de “essência”. Percebeu-se também que a tipologia classificatória baseada em traços fenotípicos, ao contrário do esquema dual genotípico dos EUA, permitia um amplo espectro de manipulação das categorias raciais: daí todas as semitonidades do mulato (superior, médio, inferior).

É preciso recordar que durante um longo período da nossa história toda a discussão sobre a formação da nação brasileira foi permeada por considerações de tipo racista, entre as quais se destacou o ideal de branqueamento, como nos mostra de forma consistente o trabalho de Giralda Seyferth (1991; 1996). As influências do ideal de branqueamento podem ser melhor entendidas a partir de uma análise das políticas de imigração efetivadas no país desde a abolição e durante as primeiras décadas do regime republicano (Seyferth, *ibidem*). A noção de que era preciso, mediante ações de política pública, reduzir progressivamente os caracteres negros (físicos e sobretudo morais) na população brasileira, favorecendo o desenvolvimento de uma nação moderna (isto é, aprimorando o “caráter do povo brasileiro”), fez com que os ideais de branqueamento transcendessem os limites do discurso “acadêmico”, tornando-se um tópico corrente no “senso comum”. Como resultado, tivemos o surgimento de todo um ideário que desvalorizava os traços considerados negros. Aparentar ser negro era negativo; daí as formas de “driblar” a raça, efetivadas, aliás, graças ao sistema de classificação racial “em gradiente”: a valorização de cabelos lisos, de mulatos de “olho verde” ou traços “finos”, uma vez que essas características eram esteticamente mais aceitáveis e menos “denunciadoras” da negritude. Do mesmo modo, comportar-se do ponto de vista psíquico-moral como um negro (isto é, como a “representação” do que era o caráter negro) também era negativo.⁷ Daí, toda a preocupação em reproduzir um comportamento social público típico das classes de elite: educação, etiqueta, erudição etc. Não custa repetir que todo esse conjunto de representações sociais sobre os negros e sobre a mestiçagem, que pode ser

verificado em diversos estudos sociológicos sobre o tema, se apoiava em determinadas concepções raciais profundamente arraigadas no pensamento científico até o início do nosso século, como também no “senso comum”.

É preciso situar o surgimento da prática desportiva do futebol no país dentro de todo esse contexto cultural. Parece-nos evidente, se assumimos tal posição, que esse conjunto de representações, essa verdadeira ideologia racial, fatalmente teria de aparecer também no domínio do futebol. Assim, do ponto de vista dos “novos narradores”, os “causos” de Mário Filho não provam, mas ilustram muito bem os reflexos dessa imagística, bem como da teoria do branqueamento.⁸ Isto associado à flexibilidade das categorias raciais tinha como resultado o fenômeno interessante da recusa à negritude. Todo mundo queria “embranquecer” um pouco, seja do ponto de vista físico, seja moral. Note-se que essa representação racial no domínio futebolístico vai dando lugar a outra, principalmente a partir do final da década de 30 (e como resultado do processo de solidificação da identidade nacional, já mencionado por Soares), em que a mestiçagem e a negritude passam a ser vistas como valor positivo e não mais negativo.

Por todos esses motivos, a questão da relação racial apareceu aos “novos narradores” da história do futebol como objeto de investigação. A utilização do texto de Mário Filho por esses autores tem como *background* teórico grande parte da discussão sobre as relações raciais no Brasil. Não se concluiu, como Soares afirma, que havia racismo no futebol através da leitura de Mário Filho. E nem se tentou provar de modo politicamente correto que há racismo, a partir da utilização de seu livro. O percurso foi diferente. Os “novos narradores” concluíram que o idioma racial foi um elemento constitutivo e pregnante na sociedade brasileira a partir da leitura de uma série de outros sociólogos e historiadores que se dedicaram ao tema. E depois, procuraram mostrar que esse idioma, como não poderia deixar de ser, manifesta-se com muita força no futebol. E fundamentalmente porque esse esporte foi utilizado, justamente como aponta Soares, nos debates sobre a constituição de uma identidade nacional, que estava baseada nas raças.

Enfim, porque o futebol estaria imune às representações sociais do negro e da mestiçagem que se constituíam num discurso ou num idioma que imperava em todas as outras instâncias da vida social, incluindo as políticas públicas (discussões sobre legislação imigratória, reformas penais etc.)? Parece no mínimo um contra-senso imaginar que o futebol, desde o período de sua implantação como fenômeno cultural de massa, pudesse ficar imune à penetração das representações sociais do negro e da mestiçagem. Soares acredita que a temática racial que os “novos narradores” são levados a encontrar no universo futebolístico *devido* à leitura de Mário Filho acaba por englobar e fazer desaparecer “a história

específica do futebol” (1998: 10). Ora, somos aqui levados a perguntar o quão específica pode ser essa história a ponto de tornar-se impermeável a uma construção ideológica presente em todas as esferas da vida social brasileira. Poderia ser o futebol um domínio tão próprio e tão particular que foi capaz de se alienar das representações culturais sobre o negro e sobre a mestiçagem?

O relaxamento das tensões raciais no universo do futebol

Não acreditando no texto de Mário Filho como uma obra histórica e recusando a importância do idioma racista no futebol, Soares também rejeita a interpretação segundo a qual o futebol serviu, em alguma medida, como domínio de “democratização” e ascensão social e econômica de parte da população negra. Considerando a obra do jornalista como construção literária de um processo e não como descrição objetiva, Soares cai numa armadilha e passa a negar a existência do processo em si. Assim o podemos entender de suas críticas a Gordon (p. 187-195), a quem acusa de ter acreditado no processo de democratização racial contado por Mário Filho, ou que “acaba convencido pelos argumentos de Mário Filho de que só teria descrito um processo” (1998: 193). Aqui devemos reconhecer que o termo “democratização” contém alguma ambigüidade. Pode ser usado para denotar ausência de segregação e de conflitos raciais mais ou menos abertos; para exprimir uma distribuição menos desigual de possibilidades de acesso a meios e bens culturais ou econômicos; e ainda para denotar a ausência de uma *ideologia* racista ou de representações raciais da sociedade brasileira. O termo deveria ter sido utilizado com mais rigor pelos “novos narradores” e mesmo substituído, quando tomado na primeira acepção, por uma expressão menos ambígua, que poderia ser “relaxamento das tensões raciais”. Gordon (1995, 1996), por exemplo, utiliza o termo “democratização” restritamente nas duas primeiras acepções, o que *não implica absolutamente a aceitação do mito da democracia racial*. E nesse sentido, continuamos a visualizar a possibilidade de descrição de um processo na história do futebol brasileiro em que os negros passaram de agentes minoritários (tanto do ponto de vista estatístico ou numérico quanto do ponto de vista de seu capital simbólico)⁹ a agentes majoritários.

Sobre isso, cremos que vale evocar o interessante trabalho de Sansone (1996 e 1993, citado por Hasenbalg, 1996: 242) sobre as relações raciais na vida cotidiana em Salvador, Bahia. Trascrevemos aqui um trecho de Hasenbalg:

Sansone delimitou as áreas nas quais a cor das pessoas assume maior ou menor importância na orientação das relações raciais. Distingue assim entre as áreas *duras* e as áreas *moles* das relações raciais. As áreas duras são as do trabalho, particularmente a procura do trabalho,

o mercado matrimonial e da paquera e os contatos com a polícia. As áreas moles ou espaços negros implícitos estão vinculados ao domínio do lazer, mas incluem também a Igreja Católica, as igrejas de crentes e os círculos espíritas. Nestes espaços ser negro não deveria ser um obstáculo e neles pouco se fala sobre raça ou racismo. Haveria ainda os espaços negros explícitos, geralmente chamados da “cultura negra” (blocos afro, batu-cada, terreiros e capoeira). Neles, ser negro pode constituir uma vantagem; de fato, os negros são hegemônicos nestes espaços ao tempo que os brancos devem negociar as suas condições de participação.

A longa citação se faz necessária, uma vez que podemos aplicar o modelo de Sansone à questão específica do futebol que aqui discutimos. Imediatamente podemos perceber que a história do futebol brasileiro pode ser lida como um processo em que esse domínio passa de uma área *dura* de relações raciais para uma área *mole*. A dobradiça entre esses dois momentos parece ser, justamente, a instauração do profissionalismo na década de 30. Com efeito, as mudanças nas condições de exercício do futebol após o profissionalismo beneficiaram imediatamente os setores econômica e socialmente desfavorecidos, na medida em que ao mesmo tempo permitiram maior igualdade de acesso aos meios necessários ao bom desempenho esportivo e funcionaram como porta de ingresso à economia formal (isto é, o futebol constituiu-se num espaço onde esses setores da população podiam almejar um emprego que não necessitasse de longos períodos de aperfeiçoamento pessoal, anos de educação formal etc.). A princípio – não devemos esquecer que a introdução do futebol no Brasil deu-se pouquíssimo tempo após a abolição –, a presença dos negros no esporte suscitava desconfiança e mesmo repúdio. Foi um momento da história da sociedade brasileira em que brancos e negros vivenciavam uma situação em que podiam competir abertamente em algum domínio da vida social, colocar efetivamente à prova suas “qualidades raciais”: os ex-escravos e os ex-senhores iriam medir forças no campo de futebol em condições de (parcial) igualdade.

Nesse sentido, a lógica do amadorismo não pode ser completamente abstraída do ambiente ideológico e do contexto cultural em que este estava absorvido. A defesa do amadorismo – explícita ou implicitamente – era a defesa de um futebol não-negro, fechado às classes populares, circunscrito às elites urbanas. O fato de que, eventualmente, alguns jogadores negros penetrassem nesse “espaço defendido” não invalida o quadro geral de fechamento. Sem o profissionalismo não haveria meios pelos quais os extratos sócio-econômicos inferiores pudessem fornecer sistematicamente jogadores de futebol com o devido preparo atlético para competir em torneios oficiais, organizados pelas ligas. Podemos perceber isso através da comparação do futebol com outros esportes que não se profissionalizaram ou o fizeram tardiamente no Brasil, como

o basquete, o vôlei, o tênis, os esportes aquáticos etc. Todos esses, que mantiveram uma estrutura amadorística (ou no máximo semiprofissional), são esportes em que a penetração de negros e indivíduos de setores sócio-econômicos mais baixos não se efetivou. Nessa perspectiva, parece coerente sustentar a idéia de que no futebol ocorreu um processo de “democratização”, entendido nas duas primeiras acepções que mencionamos acima, mesmo tendo claro em mente que este só atingiu uma pequena parte da população negra.

A questão é que, paralelamente a esse conjunto de fenômenos e modificações que se desenrolavam no universo futebolístico, assistíamos ao início da penetração do pensamento nacionalista e integracionista do período do Estado Novo, que se fazia acompanhar pelas novas formulações eruditas ou acadêmicas sobre a sociedade brasileira. Aqui o papel de Gilberto Freyre (mas também de alguns setores do movimento modernista em geral) foi, decerto, fundamental. O fato é que o futebol torna-se nessa fase um espaço atravessado por feixes de interesses, discursos e processos simultâneos: é ao mesmo tempo um dos únicos domínios¹⁰ de que negros e mulatos dispõem para ingressar no sistema econômico brasileiro; matéria-prima de um discurso de integração nacional; e objeto de massificação e popularização. Não resta dúvida de que todos esses fatores se encontraram no futebol a partir da década de 30 e serviram, de vários modos, para torná-lo o “esporte nacional”.

Esse processo não foi uma “invenção literária” de Mário Filho ou da intelectualidade brasileira. O que foi inventado, se assim podemos dizer, foi justamente a terceira acepção que demos ao termo “democratização”: ou seja, a idéia de que o processo era resultado de uma *democracia racial*, da idéia da mistura de raças como valor. Fica claro portanto que esse processo de “democratização” se fez acompanhar de uma ideologia racista, só que “envelopada” num conjunto de representações positivas da negritude e da mestiçagem. Aqui chegamos a um ponto importante, e mais uma vez o modelo de Sansone vem a calhar. Pois é a partir dessa última construção que podemos entender uma outra passagem, que é a caracterização do futebol não só como área *mole*, mas como área “de cultura negra” – posição que muitos cientistas sociais defendem e sobre a qual a crítica de Soares é pertinente. A questão é que nesse aspecto sua crítica não foi seletiva, e ele acaba dando a entender que todos os “novos narradores” aceitam tal caracterização.

A definição de uma área como “de cultura negra” nos parece problemática, podendo mesmo ser vista como uma faca de dois gumes. Pois, se por um lado esses “espaços negros explícitos” se constituem em foco de valorização do capital simbólico dos indivíduos negros (onde ser negro pode ser vantajoso), possibilitando a construção de uma identidade cultural específica e de uma auto-estima necessária, por outro eles são muito permeáveis a essenciali-

zações raciais que acabam circunscrevendo os negros a esses domínios, com base em argumentos que apelam para “aptidões naturais”.¹¹ Assim, não é raro escutar argumentos assegurando que os negros são bem-sucedidos em domínios como música (blocos afros, batucada, terreiros e capoeira) e esporte (futebol, por exemplo) devido a determinados atributos raciais específicos. A passagem de especificidades culturais (produto da história) para essencializações raciais (inscritas na natureza das coisas e do mundo) é um passo muito curto ao qual devemos estar sempre atentos.

A construção da identidade nacional

Finalmente, devemos ainda abordar um último ponto. Em vários momentos o texto de Soares dá a entender que, uma vez que as especificidades do futebol brasileiro foram uma “invenção” do discurso nacionalista, podemos chegar ao ponto de dizer que essas especificidades não existem. É fundamental, como faz Soares, perceber que a identidade nacional é uma construção que o discurso intelectual oficial, o discurso do Estado-nação, “essencializa”. Porém, o fato de que essa identidade é ou pode ser uma invenção que tem o Estado-nação por trás não suprime o fato de que ela é “real” depois de instaurada, de que ela tem uma eficácia. Herzfeld (1985, 1997), por exemplo, vem demonstrando como os discursos de identidade nacional e etnicidade podem ser extremamente convincentes, servindo de base para toda uma série de manipulações e legitimações retóricas pelos diversos grupos sociais envolvidos. O futebol – e a Copa do Mundo é um momento onde isso é realçado ao máximo – é um veículo poderoso de expressão dessas identidades nacionais (mesmo que construídas). Foi possível perceber isso na forma como França e Croácia na Copa de 98, por exemplo, transformaram suas conquistas no campo de jogo em símbolos de unidade étnica e nacional. Afinal, para nós brasileiros isso não é nenhuma novidade.

A trajetória do negro no futebol brasileiro tal qual contada por Mário Filho assemelha-se à saga clássica do herói (Campbell, 1995), pois fala de segregação em um momento (alguma coisa que lhe foi usurpada), resistência em outro (superação de obstáculos aparentemente intransponíveis) e vitória e conquista mais adiante (concessão de dádivas aos seus semelhantes). Esta é uma história que gostamos de ouvir sobre nós mesmos. E aqui cabe uma questão: por que hoje gostamos de ouvi-la já que houve época em que só uma minoria gostava dessa história que mais tarde tornou-se “oficial”? Talvez possamos invocar aqui a antropologia, disciplina que nos ensina que as culturas tendem a celebrar aquilo que as diferencia das demais, que as singulariza aos olhos dos outros e de si mesma (Turner, 1982). De certa forma, o Brasil é visto no exterior e por seus próprios

habitantes como o país do futebol, do samba e do carnaval (DaMatta, 1977). Falando especificamente do futebol, a “versão oficial” da trajetória do negro nesse esporte tal qual narrada por Mário Filho, isto é, dentro da moldura integracionista da democracia racial brasileira, não estaria revelando alguma coisa do sentimento de ser brasileiro? Não seria interessante procurar investigar por que o mito da democracia racial, da mistura como valor, tem uma eficácia tão grande? Quanto a isso, vale mencionar a passagem de Sheriff (1993, apud Hasenbalg, 1996: 243-4):

A democracia racial é certamente um mito, mas é também um sonho em que a maioria dos brasileiros de todas as cores e classes sociais deseja acreditar com paixão. Enquanto ele obviamente permite uma tremenda hipocrisia e ofusca a realidade do racismo, o mito da democracia racial é também um discurso moral que afirma que o racismo é nocivo, desnatural e contrário à brasilidade. [...] Ao mesmo tempo em que o mito nega [aos negros] a realidade de sua própria opressão, também lhes dá a certeza de sua igualdade inerente, fundamental, e lembra a seu opressor como se deve comportar um bom brasileiro. O conceito de democracia racial, como mito e como sonho, parece operar como uma totalidade [...] Como tal os afro-brasileiros não podem aceitá-lo totalmente nem rejeitá-lo totalmente. Eles ficam aprisionados entre a esperança e o silêncio, entre a resistência e a resignação.

Restaria perguntar ainda se todas as histórias oficiais sobre formação de identidades nacionais não seriam, de fato, construções que, mesmo que incentivadas por uma elite, só fazem sentido, só se tornam oficiais, quando “colam” com os anseios da população, isto é, quando são simultaneamente *mito* e *sonho*. Ou seja, não existiria uma relação dialética entre elite (discurso erudito) e povo (discurso popular)? O que percebemos, enfim, é que essas essencializações, das quais a construção de uma identidade nacional faz parte, são eficazes, possuem “materialidade”, mesmo sendo simbólicas; ou seja, produzem um resultado prático no imaginário coletivo: soldados morrem nos campos de batalha defendendo a bandeira de seus países, guerrilheiros matam em nome da legitimação de sua “etnicidade”.

Nesse sentido, podemos continuar especulando sobre a “construção” de um estilo brasileiro de jogar futebol, já que a crítica de Soares aos “novos narradores” parece querer abolir a existência de um certo modo de jogar (ou de uma certa performance) considerado como tipicamente brasileiro. Como já foi apontado por Gordon Jr. (1996), esse estilo foi em diversas circunstâncias, adversas ou bem-sucedidas, “lido” a partir de um idioma “racialista”, em outras palavras, essencializado. Soares concorda com essa posição, mas parece extrapolá-

la, deixando entrever que esse estilo é apenas um “mito” construído sobre bases racistas.

No entanto, percebe-se um determinado estilo, observado pelos agentes do universo futebolístico, incluindo-se aí a imprensa nacional e internacional. Esse estilo privilegiaria o drible, o toque de bola, o improvisado e a criatividade e ficou sendo denominado “futebol-arte” em contraste com um estilo que privilegia a força física e a aplicação tática, o chamado “futebol-força”, praticado, em sua maioria, pelos clubes europeus. Essa distinção é “real” no imaginário coletivo do universo futebolístico. Não é à toa que a discussão entre “arte” e “força” ganha uma dimensão maior aqui no Brasil.¹² Podemos até criticar que esse estilo brasileiro seja explicado em termos racistas ou ainda culturais (“de cultura negra”). Mas daí a negar sua existência existe uma diferença. Uma dissolução radical acaba produzindo um vácuo que deixa escapar um ponto interessante que é afinal a percepção, por parte de todos os atores sociais envolvidos, da existência de determinados estilos particulares de se jogar futebol (as chamadas “escolas”) e de que esses estilos são de alguma maneira patrimônio cultural das nações que os manifestam nos campos de futebol (Helal, 1990 e 1997). Negar esse aspecto é, em última instância, negar as especificidades culturais. Por mais que possamos criticar o atual conceito antropológico de cultura (por ter sido concebido de modo reificado, essencializado, quase tanto quanto o conceito de raça), tal crítica não pode, evidentemente, ser levada ao ponto extremo de negar de modo absoluto que os diferentes grupos sociais lograram desenvolver determinadas especificidades morais, estéticas, filosóficas, enfim, culturais, que os singularizam e os distinguem entre si.

Conclusão

Acreditamos que o trabalho de Soares pode ser visto, na verdade, como um acoplamento desigual de duas teses, núcleo e coda de seu trabalho. A primeira se constitui na análise da obra de Mário Filho, cujo objetivo, brilhantemente alcançado, é mostrar que ela contém um “projeto de nação” e que isso introduz um determinado *bias* no NFB que não pode ser desconsiderado por quem quer que se debruce sobre ele. A segunda afirma que, por causa disso, tudo que nele se diz ou todas as análises que lançam mão de seus dados como “história” são necessariamente desacertadas ou falsas, isto é, mitos que em nada contribuem para o “conhecimento científico”.¹³

Ora, se a primeira tese é interessante, pois apresenta uma desconfiança salutar e crítica sobre as tradições acadêmicas que muitas vezes se reificam ao infinito, a segunda nos parece problemática, na medida em que ganha corpo e passa ao primeiro plano, dominando a cena do trabalho. Da constatação de que

há um projeto de nação embutido no texto de Mário Filho, que serve de moldura narrativa para a criação do livro, Soares tira implicações com as quais não concordamos. Mesmo que no íntimo o autor não dê o crédito suficiente ao radicalismo que acaba emergindo a partir da constatação da primeira tese, toda a sua economia argumentativa conduz o leitor para sua segunda tese, em que espreitam algumas conclusões perigosas que tentamos debater ao longo deste artigo. Estas seriam: 1) a recusa em tratar o NFB historiograficamente; 2) a negação da predominância de um idioma racial no decorrer da história do futebol brasileiro, que Soares substitui pela questão do amadorismo x profissionalismo; 3) uma dúvida quanto à existência de um processo de relaxamento das tensões raciais no interior do universo futebolístico (o futebol passando de área “dura” para área “mole” de relação racial) ; 4) a desconsideração da importância heurística da ideologia da identidade nacional, que Soares relega a uma “simples construção” da intelectualidade do Estado Novo, sem retirar daí questões que poderiam ser interessantes, por exemplo, sobre como essa simbologia se atualiza na prática, como ela pode ser acionada em determinados contextos e mesmo “assumida” pelos agentes etc. Portanto, se podemos sem dúvida louvar a primeira tese de Soares, não podemos subscrever as implicações da segunda.

Finalmente, esperamos que com este trabalho estejamos dando uma contribuição ao debate sociológico sobre esse domínio cultural tão importante que é o futebol, e ao mesmo tempo aprofundando uma via de diálogo que só poderá mostrar-se fecunda.

Notas

1. Ressaltemos que um dos autores deste artigo participou da banca examinadora da tese de doutorado de Soares e o outro foi objeto de análise do pesquisador.

2. Na realidade, as preocupações de Mário Filho limitavam-se às relações entre negros e brancos, uma vez que a população indígena manteve-se à margem do processo de urbanização e modernização da sociedade brasileira. Sobre a ausência da figura do índio no imaginário do futebol, ver Vianna, F. (1997).

3. Recordemos a crítica desses autores à noção de “fato histórico” objetivo, cuja

realidade poderia ser recebida prontamente pelo historiador. Ao contrário, eles procuraram demonstrar como os dados históricos são produtos da construção do pesquisador e, a partir daí, promoveram toda uma relativização dos documentos históricos. Com eles aprendemos que todo relato histórico é construção e não “descrição objetiva”. Com a Escola dos Annales, aprendemos também que a história se baseia numa multiplicidade de documentos: “escritos de todos os tipos, documentos figurados, documentos orais, escavações arqueológicas, [...] uma curva de preços,

uma fotografia, um filme, [...] uma ferramenta, um ex-voto". Ver Le Goff (1978: 26-57).

4. A questão de saber se o racismo seria *secundário* nos parece problemática. Afinal, se o foco dos trabalhos está em recuperar a presença dos negros na sociedade brasileira, caberia perguntar: para quem o racismo seria secundário? Certamente não para os agentes ou sujeitos negros dessas tramas. Não devemos mais advogar explicações monovalentes da história. É preciso entender que a história tem múltiplos sujeitos.

5. Que em muitas passagens de sua tese são tratados em bloco, como massa uniforme, a despeito de o próprio autor tê-los classificado em dois tipos.

6. Mesmo que parte de seu texto dê a impressão do contrário, Soares poderia argumentar que não pretendeu negar a existência do racismo no futebol, já que em uma passagem escreve: "Não se está dizendo, contudo, que não existe ou não existiu racismo no espaço do futebol ou em nossa sociedade. Parece sensato pensar que numa sociedade de passado escravocrata as relações raciais não são tão harmônicas nem estão pautadas pelo princípio da igualdade e do reconhecimento das diferenças" (1998: 206). No entanto, seu argumento é ambíguo, pois no mesmo parágrafo adiciona: "Contudo, no nível ideológico da sociedade, o reconhecimento da mistura racial como fato, e talvez como valor, é evidente". A conjunção adversativa ("contudo") parece indicar que a segunda proposição de alguma forma se contrapõe à primeira. Assim, nos parece que Soares quis transmitir a idéia de que o reconhecimento da mistura racial como valor compensa e, de algum modo, anula o racismo. Essa afirmação, ainda que sem a intenção, acaba dando a entender que Soares, ele próprio, acredita no mito da democracia

racial, pois o trecho desconsidera que o reconhecimento ideológico da mistura racial não como fato (uma vez que este é empiricamente observado), mas como *valor*, é, justamente, uma construção simbólica fundada em pressupostos racistas! Do ponto de vista puramente sociológico, a mistura de raças não pode ser considerada nem boa nem má. Se se lhe atribui determinado valor é porque se acredita que as raças, enquanto tais, carregam alguns atributos ou "essências". A mistura racial enquanto valor é, portanto, uma essencialização racista.

7. Isso pode ser facilmente notado através de algumas expressões idiomáticas de uso generalizado: "coisa de crioulo", "coisa de preto", "preto quando não suja na entrada, suja na saída" etc.

8. Mais uma vez, vale repetir que reflexos eram esses. A desvalorização dos traços fenotípicos negróides (cor da pele, tipo de cabelo, nariz, lábios etc.), das potencialidades cognitivas e intelectuais (burrice, desatenção, falta de concentração, incapacidade de aprendizagem etc.) e finalmente dos atributos morais imputados aos negros (instabilidade emocional, irracionalismo, impulsividade, tibieza moral).

9. Sobre o conceito de capital simbólico ou social, ver Bourdieu (1976).

10. Ao lado da música popular e do samba, que parecem ter tido um desenvolvimento histórico bastante semelhante (ver Vianna, H., 1995).

11. Hasenbalg (1996: 243) lembra que muitas vezes "a legitimação e mesmo a cooptação [por parte do Estado] da cultura negra e seus símbolos não é acompanhada de uma mudança significativa na posição relativa dos segmentos negro e mestiço da população na estrutura social do Brasil". E ainda: "A integração simbólica do negro via cultura [nós acrescentaríamos:

e via raça] pode caminhar e caminhou *pari passu* à sua subordinação e exclusão social” (ibidem).

12. Na Copa do Mundo de 1994, o Brasil adotou um estilo de jogo denominado “futebol de resultados” que acirrou ainda mais a polêmica “arte x força”, com parte considerável da mídia e dos torcedores rejeitando esse estilo e elegendo Romário como o jogador que mais encarnava a

forma “tradicional” do futebol brasileiro.

13. Reconheceríamos que as análises da obra de Mário Filho podem ser vistas como “mito” apenas se tivermos em mente as observações de Lévi-Strauss (1989 [1955]), para quem toda exegese constitui-se em uma outra versão ou “transformação” do mito analisado. No entanto, não é esse o argumento de Soares.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Celia M. M. de. 1987. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BOURDIEU, Pierre. 1976. Le champ scientifique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2/3: 88-104.

CAMPBELL, Joseph. 1995. *O herói de mil faces*. São Paulo, Cultrix.

DAMATTA, Roberto. 1977. “O carnaval como um rito de passagem”. In: DAMATTA (org.), *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis, Vozes.

———. 1987. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro, Rocco.

DARNTON, Robert. 1988 [1984]. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal.

FERNANDES, Florestan. 1965. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vols. São Paulo, Dominus/Edusp.

———. 1972. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel.

FERNANDES, F. & BASTIDE, R. 1959. *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

FREYRE, Gilberto. 1964 [1933]. *Casa grande e senzala*. 11ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.

GORDON JR., Cesar. 1995. “História social dos negros no futebol brasileiro”, *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Uerj, Departamento Cultural/SR-3, n. 2, p. 71-90.

———. 1996. “Eu já fui preto e sei o que é isso”, *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Uerj, Departamento Cultural/SR-3, n. 3/4, p. 65-78.

HASENBALG, Carlos. 1996. “Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil”. In: MAIO, M. Chor & SANTOS, R. Ventura (orgs.), *Raça, ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

HELAL, Ronaldo. 1990. *O que é sociologia do esporte*. São Paulo, Brasiliense.

———. 1997. *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

HERZFELD, Michael. 1985. “Lévi-Strauss in the Nation-State”, *Journal of American Folklore*, 98 (388): 191-208.

- . 1997. *Cultural intimacy: social poetics in the Nation-State*. New York/ London, Routledge.
- IANNI, Otávio. 1962. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Difel.
- LE GOFF, Jacques. 1990 [1978]. *A história nova*. São Paulo, Martins Fontes.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1989 [1955]. "A estrutura dos mitos". In: *Antropologia estrutural*. 3ª ed.. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- LOPES, José S. Leite. 1994. "A vitória do futebol que incorporou a pelada", *Revista da USP*, Dossiê Futebol, São Paulo, USP, n. 22 (jun-ago), p. 64-83.
- MURAD, Maurício. 1994. "Corpo, magia e alienação – O negro no futebol brasileiro: por uma interpretação sociológica do corpo como representação social", *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Uerj, Departamento Cultural/SR-3, n. 0, p. 71-78.
- . 1996. "Futebol e violência no Brasil", *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Uerj, Departamento Cultural/SR-3, n. 3/4, p. 89-103.
- PIERSON, Donald. 1942. *Negros in Brazil*. Chicago, The University of Chicago Press.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1988. "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'". In: SIMON, Olga de Moraes Von (org.), *Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo, Vértice.
- SANSONE, Livio. 1996. "As relações raciais em Casa Grande e Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização". In: MAIO, M. Chor & SANTOS, R. Ventura (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- SEYFERTH, Giralda. 1985. "A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil". *Revista do Museu Paulista*.
- . 1991. "Os paradoxos da miscigenação", *Estudos Afro-Asiáticos*, 20: 165-185.
- . 1996. "Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In: MAIO, M. Chor & SANTOS, R. Ventura (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- SKIDMORE, Thomas E. 1976 [1974]. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOARES, Antônio Jorge G. 1998. *Futebol, raça e nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial*. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, tese de doutorado.
- THOMPSON, Paul. 1978. *The voice of the past: oral history*. Oxford, Oxford University Press.
- TURNER, Victor. 1982. "Introduction". In: *Celebration: studies in festivity and ritual*. Washington D.C., Smithsonian Institution Press.
- VANSINA, Jan. 1985. *Oral tradition as history*. London, James Currey.
- VIANNA, Fernando de L. B. 1997. "Índios e futebol no Brasil: uma proposta de pesquisa num campo inexplorado". USP, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, projeto de pesquisa de mestrado.
- VIANNA, Hermano. 1995. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Zahar.
- (Recebido para publicação em dezembro de 1998)